

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO TECNOCRÁTICO:
ALGUNS PONTOS PARA UMA ABORDAGEM DESTE “EMPRESÁRIO” NA TEORIA GRÁFICA**

Anselmo Heidrich

Boletim Gaúcho de Geografia, 16: 21-34, out., 1988.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37979/24474>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - out., 1988

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DO
ESTADO TECNOCRÁTICO: ALGUNS PONTOS PARA
UMA ABORDAGEM DESTE "EMPRESÁRIO" NA
TEORIA GRÁFICA *

Anselmo Heidrich **

A questão Centralização/Descentralização, inicialmente, inspirada em um artigo de Franz Schurmann sobre o sistema de poder dual chinês — "de cima para baixo e de baixo para cima" — onde o poder provincial através dos comitês partidários confrontam-se com os órgãos setoriais dos ministérios do governo central, tenta buscar, analogicamente, no caso brasileiro possibilidades de focos insurgentes de descentralização informal (diferentemente da legalidade adquirida na China), que entrando em conflito com a centralização e burocratização exarcebadas do Estado nos serve de subsídio à uma nova teorização deste que, hoje, assume uma posição fundamental na acumulação do capital e sua, conseqüente, reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho.

Ao nível da ciência geográfica, segundo Ruy Moreira, esta tem incorrido em três graves equívocos: o de conceber o Estado como "território" (a visão tradicional), e isto não basta, pois estamos tratando de uma instância institucionalizada e não, meramente, percorrida ou medida, cartografada; ou como "medição externa às contradições de classe" mitificando sua essência, como se fosse dotado, isolado da sociedade; ou "fundado no mercado" como um organismo possibilitador da livre-concorrência onde o "resto vai por si", desconsiderando o estado como elemento suscetível de análise. Mas sabe-se que "(...) a territorialidade da fábrica é a do Estado, porque este tem aquela como raiz" (1985:26-27), ainda mais, considerando-se que nas sociedades latino-americanas a implanta-

* Agradeço pelas sugestões, retificações e apoio aos professores Álvaro Luiz Heidrich (UNLJUI), Antônio Cláudio Nuñez (UFRGS) e Nelson Rego. (UFRGS).

** Licenciado em Geografia (1987).

ção do Estado é anterior à formação da Nação.

Então o Estado torna-se o eixo central do texto. A Estrutura Econômica é sua infra-estrutura, enquanto que a Tecnocracia e sua relação com a Empresa Privada, sua estrutura e a super-estrutura não se restringe à ideologia oficial como nos é apresentada. Sistematicamente estes itens serão abordados como a região, do ponto-de-vista de processos utilizados ao planejamento econômico, o Estado e os movimentos sociais como "novas" antíteses e as teorizações ideologizadas para uma pretensa compreensão do "real".

A Região como Infra-Estrutura

Por Estrutura Econômica entende-se que "(...) vinculando as forças produtivas e as relações de produção numa unidade sistemática (...)" (T. dos SANTOS, 1984:24) de correspondência mútua, na qual baseia-se sua ordem evolutiva. Nesse ponto analisar-se-ão os elementos individuais e técnicos na base da produção social, consumo (SUVÓROVA e ROMÁNOV, 1987:172-178)¹ e a respectiva ação ou ausência estatal para que tal efetive-se.

A organização espacial da região tem de ser abordada a partir de um determinado método que nesse caso terá seu apoio fundamental na compreensão da categoria Estado-Nação, assim entendida porque totalidade: "Os recursos totais de um Estado-Nação são, na verdade, indivisíveis, seja o capital, a população, seja a força de trabalho, a mais-valia, etc." (M. SANTOS, 1979:28)². A região ao ser tratada separadamente de sua totalidade (o Estado) perde seu significado enquanto base de operações necessárias à Empresa. Por exemplo, "(...) entre 1950-70 a região sub-nacional foi a escala espacial ótima para a estratégia político-econômica que visou a unificação dos mercados e do poder político então nos territórios nacionais (...) Nesses momentos, coincidem plenamente os interesses da empresa e do governo, fortalecendo-se o Estado Nacional." (BECKER, 1983:10). Uma vez que as grandes corporações não tinham uma mobilidade (autonomia frente ao Estado) tão grande como hoje devido ao desenvolvimento das forças produtivas (tecno-

logia de produção, transportes, etc), a contradição Estado-Empresa não se fazia presente no caso brasileiro. Essa defasagem entre o político (Estado) e o econômico (Empresa), especificamente nos anos 70, cria uma dificuldade no poder de coordenação do Estado que advém da necessidade de perpetuar a diferenciação espacial em que se baseia e necessita para sobreviver a Empresa. Acontece que o rápido "desenvolvimento" do país se deve à iniciativa privada do qual o Estado centralizador não dá conta. E é gerada uma contradição dentro da contradição estrutural que são os focos (pré-condição da descentralização) de tensão sociais locais devido à "crise" econômica e não mais existência das instâncias intermediárias de regulação do poder — as elites regionais (BECKER, 1983: 13). Essa transformação do espaço deriva de uma radicalização cada vez maior entre Estado e Empresa, ou, ideologicamente falando, "interesses nacionais" e capital estrangeiro.

O Estado como Agente Histórico

1. A Burocracia

O trabalho, até então, tem desdobrado-se em cima de uma teoria marxista do Estado e do que seria sua Organização Espacial, mas não é suficiente: Marx ao analisar a sociedade, o fez como se estudasse um processo, uma sociedade em transformação, onde a evolução das forças produtivas exigissem uma nova fase ou ultrapassagem das relações de produção tradicionais, conforme seu método materialista histórico e dialético onde estuda os fatos concretos que fizeram história — e não as idéias correntes da história (FROMM, 1979:22) — e uma história de contradições, em que forças antagônicas forjam suas condições materiais de sobrevivência e reprodução não analisando, portanto, as instâncias, ou melhor, as instituições ou aparelhos, aparentemente que são, estáticos, inertes. Essa, pode-se considerar, como uma das maiores faltas dos marxistas ortodoxos.

Claude Lefort em um artigo intitulado "O que é a Burocracia?" nos traz duas teses. A primeira, de ordem marxista, parte da idéia de que este estamento ou camada social (pois não é considerada co

mo uma classe em si) é decorrência direta das relações de, produção, cuja função seria a de manter a ordem comum, mas para isso é dotada de uma relativa autonomia que pode passar a ser uma disfunção, na medida em que ela passa de um meio que é para se atingir determinados fins para o próprio fim em si. Marx descreveu a burocracia muito bem como um corpo parasitário (ao contrário de Hegel que, no caso, foi seu alvo de crítica), porém ao transpormos tal análise para o momento histórico atual, procurarmos "identidades", entre a América Latina do Séc. XX e a Europa do Séc. XIX, onde só há "correspondências" (MARTINS, 1985:21), não compreendermos que num mesmo "modo de produção" existem diversos "modos de desenvolvimento" (MARTINS, 1985:20), não empreendermos maior esforço para a compreensão da divisão de classes sob o signo da tecnocracia, fato que ocorre em todo e qualquer regime social, estaremos contribuindo para uma "nova cosmovisão" de explorados e exploradores, sem nos perguntarmos se a dominação é unidirecional entre as duas classes fundamentais somente. "Quem domina quem, quando e como?" de veria ser o primeiro passo desse raciocínio lógico.

A segunda tese que analisa é weberiana de onde extrai um estudo criterioso, evidenciando a burocracia como um tipo de organização social. E nesta classificação geral podemos definir os subtipos como: a burocracia do partido, do sindicato, industrial e a do Estado, que mais nos interessa agora. A burocracia, defende Weber, existe há muito tempo, embora cada período histórico e sociedade específicas imprimam-lhe caracteres próprios, ela possui como traço principal, a proliferação que toma forma em todos espaços sociais. E por ser dotada de uma lógica própria é o que difere bastante da visão marxista. Tomemos o nosso caso como exemplo, o Estado é, sem dúvida alguma, o maior empresário capitalista e dentro de sua administração encontram-se muitos representantes do capital privado só que, dentro de seu âmago, as lutas entre os grupos não se desenrolam da mesma maneira que na sociedade civil. Então o crescimento do espaço decisório do Estado sobre a economia, a estatização geral dos negócios resulta numa proliferação do organismo burocrático. Agora, essa instância da sociedade não pode mais ser avaliada como um corpo parasitário, improdutivo, se não como algo extremamente necessário ao capital monopolista³.

2. A Pesquisa e o Desenvolvimento Científico-Tecnológico

Uma das mais importantes características do Estado moderno consiste no uso e apropriação da pesquisa científica e seu desenvolvimento tecnológico, pois sabe-se que as coisas não se desenvolvem assim tão rigidamente na sociedade civil, na livre-empresa, porque a lógica que gere os interesses das grandes corporações monopolistas certamente não é a mesma que aflige o mundo nas suas necessidades mais primárias (alternativas energéticas e fontes de matéria-prima, as comunicações, bem como sua integração com o meio-ambiente) e secundárias (o domínio do espaço extraterrestre, por exemplo), mas pode vir a ser, se vista sob a óptica da acumulação de capital. O maior problema é que as grandes corporações não dispõem de recursos suficientes para tal empreendimento, por razões como o déficit operacional dos custos, cujo retorno só viria, ainda incerto, à longo prazo, e que, se somado às instabilidades do mercado concorrencial acentuariam ainda mais tal indisponibilidade. E, de mais à mais, os estreitos interesses da empresa privada limitam os processos de socialização e planejamento da pesquisa científica, bem como, restringe a incorporação na produção dos avanços científicos já realizados (T.dos SANTOS, 1983:138).

Já dá para se perceber a necessidade de um órgão incubido para tal tarefa, um órgão investidor de pretensões neutras à nível nacional. Essa necessidade de "progresso", avanço científico-tecnológico serve para não se bancar uma futura crise econômica mundial que adviria da superação das forças produtivas no seu presente estágio. Porém permanece uma "(...) contradição existente entre a socialização das forças produtivas (organização, institucionalização e crescente planejamento da pesquisa e do desenvolvimento) e as relações de produção baseadas na apropriação privada dos meios de produção (o comportamento monopolista, os limites impostos à intervenção do Estado, os limites do mercado, etc)" (T. dos SANTOS, 1983:138).

Mas se não houvesse tal organização que viabilizasse a pesquisa e seu desenvolvimento, ela não encontraria respaldo em outra forma organizacional contemporânea — pelo menos, centralizadora. E esta "inércia criadora" possui sua forma territorializada que consiste na exportação de tecnologia e produtos atrasados dos

países centrais aos periféricos que é a forma de investimento internacional mais segura e barata, menos sujeita a riscos quaisquer (de aceitação, funcionamento e, mesmo, superação, uma vez que a inovação segue os modelos e escolas dos países matrizes, por que institucionalizadas segundo tais moldes).

A presença desse elemento — o Estado — nos possibilita compreender fatos como o da indústria bélica ser hoje em dia, uma das mais rentáveis. Outro dado importante é o de que mais da metade dos gastos com pesquisa e desenvolvimento nos países capitalistas avançados ter sido financiado (1963 a 64) por seus respectivos estados, e apenas alguns como a Alemanha e o Japão têm esses investimentos realizados pelo capital privado, o que, talvez, seja decorrência das restrições impostas às forças armadas na pesquisa especial e militar, pela sua derrota na II Guerra (T. dos SANTOS, 1983:142). Ainda para afirmar sua importância sabe-se que os maiores gastos com pesquisa e desenvolvimento não são, exclusivamente, das maiores indústrias (em relação ao nível de capital e vendas e seu número de empregados) — como se o Estado fosse pressionado por estas — e sim pelos setores já desenvolvidos pela pesquisa e desenvolvimento onde operam tais empresas, que também correspondem a um alto grau de concentração e monopólio (T. dos SANTOS, 1983:147). É de grande importância observar essa aliança Estado-Empresa nos países centrais, onde ao segundo compete a execução, aplicação técnica e ao primeiro, o investimento (muitas vezes impulsionado pela pesquisa militar — de filosofia muito diferente da liberal-burguesa) e, isto é importante, seleção dos investimentos, o que torna-o um agente histórico dotado de lógica própria — a tecnocracia.

Para os países periféricos podemos ver que a centralização excessiva da tecnologia em certas áreas e setores — de "consumismo" exarcebado — traduz-se em perda de capacidade para atendimento de novas necessidades nos mesmos centros urbanos já congestionados e que dispendem altos custos sociais básicos em detrimento das regiões problema que tendem a submeter-se cada vez mais (BECKER, 1983:10).

3. A Elite Estatal

Uma visão que pode nos induzir a erros é a de tratar o Estado como uma "coisa unificada", ele representa um certo número de instituições que agem entre si como um sistema (MILIBAND, 1983: 135). O governo é parte integrante deste todo, mas não à ponto de "descarrilhar" o Estado de seu poder estrutural, pois ainda nos restam outros como a "(...) administração, os militares e a polícia, o setor jurídico, o governo subcentral e as assembléias parlamentares" (MILIBAND, 1983:139). Sem entrar em maiores detalhes, a questão que se coloca é a seguinte: estaria o Estado capitalista moderno em situação análoga àquela dos estados monárquicos ou pré-capitalistas onde a classe aristocrata, latifundiária ou mesmo agro-exportadora era, ela própria, o Estado? Não, certamente que não (empiricamente falando), a elite estatal é uma e a classe dominante é outra, mas coadunam-se ... o pensamento burocrático apóia-se na separação entre político e administrativo, entre político e econômico, mas muitos desses governantes, "políticos profissionais" não dispensam os conselhos de bons "palacianos" que, muitas vezes, são constituintes da classe burguesa. Assim como os setores financeiros do Estado que são considerados como perda de uma importante área de influência capitalista não passa de um ledo engano, pois "(...) uma das mais importantes características do capitalismo avançado é precisamente o que poderia se chamar, sem exagero, de sua crescente colonização das altas esferas da administração pública" (MILIBAND, 1983:142). Temos então a criação de uma casta governante no seio da classe dominante, tomando forma e contradizendo os seus próprios interesses de classe na aliança ao capital externo que representa a perpetuação da ordem econômica dentro do "mundo livre".

A Descentralização Heterogênea e Não "Embrionária"

Tão importante quanto a compreensão do espaço e ação do Estado são — a complementaridade da teorização exposta até então — os movimentos sociais que se desenvolvem em vários regimes, principalmente nos mais autoritários onde a inexistência de partidos e sindicatos parece ser substituída. Esses movimentos evidenciam

um novo sentido dado à idéia de democracia, que trazia uma visão tecnicista desta, viabilizadora de um equilíbrio entre forças enquanto institucionalizadas através da luta concorrencial por votos (HABERMAS, 1983:375).

Uma espécie de problema do qual já tivemos oportunidade de tratar é a famigerada incorporação destes movimentos à uma teoria totalizante, como a que afirma a transformação da sociedade pelo proletariado. Mesmo que sejam formas que afirmem uma resistência à dominação não quer dizer, em absoluto, que façam parte de uma ordem evolutiva e crescente de transformação da sociedade na sua essência, porque dispersos que são não possuem uma coerência, nem unidade maiores (CARDOSO, 1987:30). Não se pode afirmar com certeza que os focos de luta locais representem um "estágio inicial" e que as lutas políticas mais abrangentes (como foi a movimentação e campanha pelas eleições diretas em 84) sejam a conclusão, desfecho final de um processo de lutas iniciais e isoladas.

Por estes movimentos (associações de bairro, grupos de moradores, clubes de mães, comunidades eclesiais de base, movimentos e cológicos/pacifistas, etc) tomarem uma postura não tradicional, portanto não burocrática parecem ir de encontro ao Estado, mas o alvo mais suscetível de ataques é o governo, pois, muitos deles, reivindicam um assistencialismo e não, propriamente, uma participação no processo decisório.

Prosseguindo: não se pode dizer que hoje num capitalismo monopolista a democracia esteja igualmente fundamentada na ordem liberal de direito privado. Notem que as associações de grupo de interesses mesmo que não sejam, juridicamente falando, elas fazem parte do Estado na sua administração, como se fosse uma "antecâmara". Essa atitude ante o Estado é de caráter reivindicatório"(...) que espera assistência sem querer impor decisões." (HABERMAS, 1983: 384). O Estado de direito liberal tem na sua constituição um pressuposto básico que seja "(...) uma sociedade de cidadãos autônomos que gozam de uma propriedade privada distribuída uniformemente" cuja reprodução deve basear-se nas leis do mercado. Claro que isso ficou no papel, pois surgiu uma nova hierarquia (HABERMAS, 1983:378-379). Acontece que esta concepção do Estado separado da

sociedade civil, como se a segunda fosse auto-regulável é bastante ultrapassada considerando a sua intervenção maciça no processo de produção e distribuição que vem desde a I Guerra (HABERMAS, 1983:379). Podemos tirar base pela inserção do Estado como elemento mediador e possibilitador do processo de concentração econômica necessários de uma guerra, como a produção intensiva de armamentos, p.ex. É claro que essa situação decorrente da política econômica não é acompanhada pela sociedade política em geral, pois os meios de produção ainda constituem-se como propriedade privada. Esta **ambivalência** caracteriza o Estado moderno.

Torna-se evidente a necessidade de analisar tais movimentos sob uma óptica interclassista, que é como, muitas vezes, realmente se articulam e sem "divinizar" seus "valores culturais" comuns como se tais fossem responsáveis pela unidade do grupo. Esta segunda postura incorre numa "(...) substantivação da noção de identidade por sua redução à idéia de unidade de interesses, perdendo-se seu caráter relacional;". Os processos internos de constituição dos grupos sociais são bem mais complexos, e o perigo que espera o investigador que só observa estes grupos reivindicativos é o de "(...) tomar o discurso elaborado pelos movimentos como a descrição de sua ação". São, sobretudo as relações desses grupos com o Estado e a forma como organizam-se que possibilitam sua durabilidade e nova consciência, e não os velhos chavões culturalistas que opõem o "novo" ao "tradicional", em termos de participação popular (CARDOSO, 1987:29).

A Ideologia Oficial e o Mito Intelectual

"A crença fundamental de toda associação política moderna é que a pluralidade de autoridades e de funções sociais deve ser subplantada pela unidade de autoridades e de funções do estado monista, realização de todas as aspirações humanas." Esta idealização do Estado é legado da revolução francesa e, por isso mesmo, nos é compreensível, uma vez que o nacionalismo é seu filho direto (SANGUIN, 1981:51). Esta maneira de conceber as coisas, principalmente, a revolução é tão presente que se imaginarmos uma nova

forma organizacional, como o princípio Federalista, p.ex. somos levados a pensar que seu processo de realização não chegará a lugar algum, pelo simples fato de representar uma forma anárquica. Tal ideologia é tão presente que se criou um mito, muito arraigado entre os setores progressistas e/ou de cúpula, mito esse que reside num esquematismo como aquele "(...) que consiste em localizar o poder do aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe." (FOUCAULT, 1986:160). Da mesma forma, com o mesmo nível de argumentação que se diz que o processo revolucionário não pode ser descentralizado, podemos afirmar que a Capital do Estado é seu "calcanhar de Aquiles". Outro detalhe: inconscientemente somos levados a crer que a revolução, sob a malha teórica, se dá pela transformação das relações de produção e tomada do poder burocrático, tradicional, ou seja, "oficial" pelos novos representantes, enquanto que a correspondência dos processos localizados nem sempre regulam com o centro de poder. Ocorre que os movimentos heterogêneos ao se encontrarem em via comum possuem autenticidade, não ocorrendo o mesmo quando domados por subcentros ou elites locais para a "regulação dos planos nacionais". Esta questão diz respeito à várias indagações e, entre elas, se a crise da democracia representativa não seria um reflexo desta ingovernabilidade?⁴

A Confecção das Lentes

Ainda estão por fazer, e espero que nunca estejam acabadas definitivamente. Minha preocupação em relação ao Estado (especificamente na geografia) advém do fato de que sempre se o tem como centro da linguagem geográfica, como se as fronteiras territoriais delimitassem o objeto por real evidente que é, assim como empírico (D.SANTOS, 1986:53), além da confusão em cima de conceitos como Estado-Nação, país, etc.

Espero estar relativizando alguns dos inúmeros pontos necessários para se discutir uma teoria do Estado, a partir da geografia, sem cair em determinismos. Torna-se necessária esta revisão teórica que irá situar-se na matriz do pensamento político que possa entender o que

é, p.ex., a Guerra Fria, essa relação conflituosa/conivente entre dois sistemas tidos como opostos, mas que mantêm traços idênticos que, diga-se de passagem, são fundamentais, como a exploração de uma classe por outra que, se analisada sob a teoria da mais-valia, também ocorre nos países do Socialismo Real onde o estamento dos administradores recebe seus "ordenados" que, vistos sob a óptica da produção, apenas apropriam-se da mais-valia alheia (VESENTINI, 1987:57).

Tornam-se cada vez mais notórias a ineficácia e falta de dinamismo que traz a centralização Empresa-Estado à própria atividade de criadora adaptada às características locais. A essência do Estado Tecnocrático no caso brasileiro tem raízes conjunturais com a Empresa internacional e conseqüências espaciais bem definidas.

A questão Centralização/Descentralização é tão propriamente geográfica, política quanto de qualquer ordem que a superação à divisão do trabalho científico possa impor.

NOTAS

1. As forças produtivas (FP) mantêm uma relação ora coadunante, ora contraditória com as relações de produção (RP). O erro, sem dúvida, é de se deixar cair em qualquer um dos extremos: no 1º (de caráter reformista e reacionário) que diz o desenvolvimento das forças produtivas (carrega as relações de produção) poder superar a contradição pela qual passa o proletariado na sua produção/definição cada vez maior. Esse é um pensamento típico dos economistas burgueses do tipo "a falta de gêneros alimentícios pode ser superada pela produção intensiva dos mesmos e blá-blá-blá..." sem atacar a causa estrutural do problema. O outro extremo, situado no ultrismo esquerdista (não entender radicalização) que coloca as relações de produção como determinante no processo (carregam as forças produtivas) o que incorre no grave equívoco de se pensar que todo país socialista possui uma tecnologia e ciência da produção mais avançadas e "socialmente superiores". Essa linha de pensamento maoísta é de um fanatismo sem precedentes (T. dos SANTOS, 1984:40-41) que

acaba por terminar com toda a influência e peso de todos elementos individuais e criadores ao cair no seio de uma teoria totalizante. Então um estudo que, aparentemente, parece tratar de uma "instância" (estática e rígida) da sociedade — o Estado — é dotado de uma forte dinamicidade na sua infra-estrutura (estrutura econômica) ao se analisar o processo de choques em que FP e RP interagem, uma representa a base e condição material (móvel), a outra, a mola-propulsora no plano social. Essa interação que representa a estrutura econômica, mediada pela Empresa, irá bancar outra contradição que se dá com a própria máquina estatal ...

2. O que parece obviedade nem sempre foi, pois a maneira como os economistas clássicos (burgueses) sempre analisaram a sociedade foi dividindo-a em setores, ora atribuindo maior importância à agricultura (fisiocratas), ora ao dinheiro em si (sem sua atividade produtora), ou se buscando a atividade subjetiva como o trabalho comercial (mercantilistas) e manufatureiro, nunca ocorria a busca da totalidade onde uma categoria (o capital financeiro, p.ex.) impunha-se determinante e hierarquicamente superior.
3. Notem ainda outro crasso erro da ortodoxia que reside na idéia de um certo parasitismo de uma camada social sobre a classe dominante ... e a dialética? ou a sociedade está em movimento ou está inerte, pois se os burocratas têm sua função como um fim em si e não como um mero meio/recurso de dominação de classe, também têm seus anseios que nem sempre são os mesmos do outro segmento de classe — enfim, se o método marxista é dialético não pode se chamar a burocracia, no atual estágio das RP, de parasita ... é contraditória tal afirmação.
4. Não é um caráter "purista", uma espécie de "busca da boa índole humana", mas sim que existe uma substancial diferença (em termos concretos) entre "chegar a algo" e "como chegar a algo", é a velha briga entre "os fins justificam os meios ou os meios justificam os fins".

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha K. "O Uso Político do Território: Questões a Partir de uma Visão do Terceiro Mundo". In: BECKER e outros (org.). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. UFRJ; Depto de Geociências — Programa de Pós-Graduação, RJ, 1983.
- CARDOSO, Ruth C.L. "Movimentos Sociais na América Latina". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. SP, fevereiro de 1987.
- FOUCAULT, Michel. "Sobre a Geografia". In: *Microfísica do Poder*. Graal, Glória, RJ, 1986, 6a.ed.
- FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. Zahar, RJ, 1979, 7a.ed.
- GONÇALVES, Carlos W.P. "Reflexões sobre Geografia e Educação: Notas de um Debate". In: *Terra Livre* nº 2 — *O Ensino da Geografia em Questão e Outros Temas*. AGB e Marco Zero, SP, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. "Participação Política". In: CARDOSO, F.H. e Martins, C.E. *Política e Sociedade*. Vol. 1, Nacional, SP, 1983, 2a.ed.
- LEFORT, Claude. "O que é a Burocracia?" In: CARDOSO, F.H. e MARTINS, C.E. *Política e Sociedade*, Vol. 1, Nacional, SP, 1983, 2a.ed.
- MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl. "O Método da Economia Política" (1857). In: *Introdução à Crítica da Economia Política*. Transcrito em *Os Pensadores - Marx (vida e obra)*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

- MILIBAND, Ralph. "O Sistema Estatal e a Elite do Estado". In: CARDOSO, F.H. e MARTINS, C.E. *Política e Sociedade*. Vol.1, Nacional, SP, 1983, 2a.ed.
- MOREIRA, Ruy. "O Espaço como Produto/Produtor da História dos Homens Concretos". In: *O Movimento Operário e a Questão Cidade - Campo no Brasil: Estudo sobre Sociedade e Espaço*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1985.
- ROMÁNOV, B. e SUVÓROVA, M. "Breve Vocabulário". In: *Que é a Propriedade?*. Progresso, Moscou, URSS, 1987.
- SANGUIN, André-Louis. "La Geografía y El Estado". In: *Geografía Política*. Oikos-Tau, Barcelona, España, 1981.
- SANTOS, Douglas. "Estado Nacional e Capital Monopolista: Reflexões para a Crítica da Geografia que se Ensina". In: *Terra Livre* nº 1. AGB, SP, ano 1, 1986.
- SANTOS, Milton. "Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método"; "O Estado-Nação como Espaço, Totalidade e Método". In: *Espaço e Sociedade*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1982, 2a.ed.
- SANTOS, Theotonio dos. "Pesquisa e Desenvolvimento: Monopólio e Capitalismo de Estado". In: *Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1983.
- _____. *Forças Produtivas e Relações de Produção*. Ensaio Introdutório. Vozes, Petrópolis, RJ, 1984.
- SCHURMANN, Franz. "Centralização e Descentralização". In: CARDOSO, F.H. e MARTINS, C.E. *Política e Sociedade*. Vol. 1, Nacional, SP, 1983, 2a.ed.
- VESENTINI, José W. *Imperialismo e Geopolítica Global: Espaço e Dominação na Escala Planetária*. Papirus, Campinas, SP, 1987.